



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026
(Processo Administrativo nº 00.372/2026)

A Prefeitura Municipal de LAURO DE FREITAS/BA, com base no Parecer Jurídico, emitido pela Procuradoria Geral do Município, favorável a legalidade e possibilidade do procedimento, torna público que, através de sua Pregoeira **Débora Conceição das Virgens Sales**, designada pelo **Decreto Municipal nº 5.533/2025**, que realizará licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, cujo objeto é executado pelo regime de **AQUISIÇÃO DE RODENTICIDAS, RAÇÕES PARA ANIMAIS DE PEQUENO E GRANDE PORTE E MATERIAIS E INSUMOS DE APICULTURA, DESTINADOS A ATENDER ÀS DEMANDAS E AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP), pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90, Decreto Municipal nº 5.444/2025 e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.1. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 16/04/2026, às 09h.

1.2. LOCAL: SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3 OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br/> e Diário Oficial.

1.4. Somente poderão participar da Sessão Pública, etapa de lances, as empresas que apresentarem Propostas através do site descrito no item 1.2.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

2.2. Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira responsável, ou por sua suplente, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema "LICITANET", observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponível no sítio eletrônico em <https://portal.licitanet.com.br/> no menu ajuda/manuais ou pelo telefone (34)2512-6500 opção 2.

3. CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrado na plataforma da LICITANET, podendo ser realizado através do site <https://www.licitanet.com.br/fornecedor> ou pelo telefone (34) 2512-6500 opção 2.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), para as Sociedades Cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

3.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão da Ata, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.6.7. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

NOTA EXPLICATIVA: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficientes para atender satisfatoriamente às exigências previstas no Termo de Referência; e considerando que a admissão do consórcio na licitação poderá ocasionar dificuldades nos serviços, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em consórcio no presente pregão.

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução da Ata agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.10. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.6.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021;

4. CREDENCIAMENTO E ACESSO NA PLATAFORMA LICITANET

4.1. Somente poderão participar deste Pregão Eletrônico, via internet, toda e qualquer Pessoa Jurídica cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>

4.1.1. Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <https://licitanet.com.br/>.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do(a) licitante, ou de seu(ua) representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

4.2. O uso da senha de acesso pelo(a) licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu (ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou ao Município de Lauro de Freitas/BA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 4.2.1. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 4.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o(a) licitante às sanções.
- 4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.
- 4.5. A licitante responsabiliza-se formalmente por todas as transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Município de Lauro de Freitas/BA por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6. Constitui exclusiva responsabilidade da licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, assumindo o ônus da perda de negócios decorrente da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.7. Para participar deste Pregão Eletrônico, o(a) licitante deverá estar credenciado no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>.
- 4.8. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema.
- 4.9. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal do(a) licitante ou de seu(ua) representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.10. O(A) licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.
- 4.11. O(A) licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu(ua) representante, excluída a responsabilidade do provedor do Sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5. DO CADASTRO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA NA PLATAFORMA

- 5.1. Os(As) licitante(s) encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico <https://licitanet.com.br/>), proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até a data e o horário limite de início da Sessão Pública, **horário de Brasília-DF**.
- 5.1.1 A licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.
- 5.2. Como requisito para a apresentação da proposta, **a licitante declarará**, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei Federal nº 14.133/2021:
- 5.2.1. o cumprimento dos requisitos para a habilitação;
- 5.2.2. a conformidade de sua proposta com as exigências deste edital;
- 5.2.3. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.2.4. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.2.5. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.3. O fornecedor enquadrado como Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa deverá **declarar, ainda**, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

5.3.1. no item exclusivo para participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.3.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Sociedade Cooperativa.

5.4. A falsidade da declaração de que trata o item 5.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.7. Em sua proposta eletrônica, a licitante deverá:

5.7.1. informar o preço unitário; para o(s) qual(is) pretende concorrer, de acordo com o Anexo I.

5.7.1.1. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

5.7.2. evitar a aposição de sinal ou qualquer outro elemento que possibilite a identificação da licitante antes do encerramento da etapa de lances, sob pena de desclassificação.

5.8. A licitante ainda poderá, no momento do cadastramento da proposta eletrônica, parametrizar o seu valor final mínimo, obedecendo as seguintes regras:

5.8.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.8.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o 5.8.1;

5.8.3. o valor final mínimo poderá ser alterado pela licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pela licitante no sistema;

5.9. Independente dos termos firmados no sistema eletrônico, é imprescindível que o licitante arrematante apresente todas as declarações exigidas no edital.

5.10. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou cadastradas pela Pregoeira no sistema ou pela sua desconexão.

5.11. No preenchimento das informações no Sistema, quando do cadastro da proposta de preço, previamente à sessão pública de lances, é vedada a identificação da licitante, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FASE DE ENVIO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. A Pregoeira classificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente no sistema, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, com acompanhamento em tempo real por todos os licitantes.

6.2.1. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 6.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.4. Os lances formulados deverão indicar o **MENOR PREÇO POR LOTE**.
- 6.5. Poderá ser fixado intervalo mínimo de tempo a ser observado entre as ofertas de lances.
- 6.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.7.1. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto nos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo) por lote**.
- 6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9. Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance/percentual de desconto registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 6.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pela Pregoeira, sujeitando-se a licitante às penalidades.
- 6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**.
- 6.12. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.13 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.14 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.15 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.16 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.17 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.18 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.19 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.20 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.21 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

6.23 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.7.1 Para fins de aplicação do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que desejarem usufruir dos benefícios destinados às Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP deverão apresentar declaração específica de enquadramento como ME/EPP, firmada por seu representante legal, com indicação expressa de que optam pelo referido benefício, assumindo inteira responsabilidade pela veracidade das informações prestadas;

7.7.2 Nas condições do subitem 7.7.1, serão consideradas empatadas com a primeira colocada, para fins de aplicação do tratamento favorecido às microempresas e às empresas de pequeno porte previsto na Lei Complementar nº 123/2006, as propostas apresentadas por ME ou EPP que se situem na faixa de até 5% (cinco por cento) em relação à melhor proposta ou ao melhor lance, conforme o critério de julgamento adotado (empate ficto).

7.7.3 A licitante enquadrada como ME ou EPP mais bem classificada na forma do subitem 7.7.2 terá o direito de apresentar, no prazo improrrogável de 5 (cinco) minutos, contado da sua convocação em ato contínuo à fase competitiva, última oferta para desempate, em valor obrigatoriamente inferior ou com percentual de desconto superior ao da primeira colocada, observado o critério de julgamento previsto neste Termo de Referência.

7.7.4 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não apresente nova oferta no prazo estabelecido, serão convocadas, na ordem de classificação, as demais licitantes beneficiárias do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 que se encontrem na faixa de até 5% (cinco por cento), para o exercício do mesmo direito, respeitado o prazo definido no subitem 4.12.3.

7.7.5 Na hipótese de equivalência dos valores ou dos percentuais de desconto apresentados pelas ME's e EPP's enquadradas nas faixas mencionadas nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para definição da licitante que terá preferência para apresentação de melhor oferta, em observância aos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.7.6 Para os fins do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, considera-se empate real a ocorrência de propostas ou lances de mesmo valor apresentados na mesma fase da disputa.

7.7.7 Verificado empate real entre propostas ou lances, a Administração aplicará, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate, nos termos do art. 60 da Lei nº 14.133/2021:

- a) realização de disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, preferencialmente com base em registros cadastrais e em atestos de cumprimento de obrigações, conforme a Lei nº 14.133/2021;
- c) comprovação, pelo licitante, de desenvolvimento de ações de promoção da equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento aplicável;
- d) comprovação, pelo licitante, de desenvolvimento de programa de integridade, em conformidade com orientações dos órgãos de controle.

7.7.8 Persistindo o empate após a aplicação dos critérios previstos no subitem anterior, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação de emissões, nos termos da Lei nº 12.187/2009, em consonância com a disciplina de critérios de desempate e de promoção do desenvolvimento nacional sustentável constante da Lei nº 14.133/2021.

7.7.9 DA COTA PRINCIPAL E DA COTA RESERVADA – APLICAÇÃO DA LC 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014 – DA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME e EPP.

7.7.10 O **LOTE 02 (COTA PRINCIPAL)** é destinado à participação ampla dos interessados que atendam aos requisitos deste edital, inclusive aos que se enquadrem na condição de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP (com os benefícios previstos na LC 123/06);

7.7.11 Nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar n. 123/2006 (alterada pela LC n. 147/2014), os **LOTES 01 e 03 (COTAS RESERVADAS)** são para participação exclusiva apenas de ME e EPP.

8. DA NEGOCIAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao percentual de desconto definido para a contratação ou tenha apresentado o melhor preço, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.1.1. Será aberto um prazo de 10 (dez) minutos, após o encerramento da fase de lances para a referida negociação com a empresa arrematante.

8.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, com o mesmo prazo estabelecido no subitem 8.1.1, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.1.3. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.4. O resultado da negociação será registrado e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.2. Quando comparecer uma única licitante ou houver apenas uma proposta válida, caberá à Pregoeira verificar a aceitabilidade do preço ofertado, podendo negociar condições mais vantajosas.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e após negociação, a Pregoeira realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.

9.2. A licitante provisoriamente arrematante deverá enviar a proposta escrita por meio do sistema eletrônico, no prazo de **02 (duas) horas úteis** subsequente ao da solicitação da Pregoeira no sistema, prorrogável por igual período, por solicitação justificada da licitante ou de ofício pela Pregoeira quando constatada a insuficiência do prazo estabelecido.

9.3. O conteúdo da Proposta de Preços Escrita, conforme modelo ANEXO V, deverá dispor:

9.3.1. **Preço unitário correspondente ao lance vencedor e total do item** (preço unitário x quantidade), expresso em números, na moeda corrente nacional, com no máximo duas casas decimais, sendo desprezadas as demais;

9.3.2. O preço unitário e total de cada um dos itens cotados, em algarismo e por extenso, prevalecendo o primeiro caso haja divergência entre o valor unitário e o total e, entre os expressos em algarismos e por extenso, considerado este último;

9.3.3. De oferta firme e precisa, sem alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

9.3.4. Conter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

9.3.5. Conter quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos incorretamente cotados ou omitidos da Proposta de Preço serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título.

9.4. Não serão aceitos preço unitário e total, acima dos valores de Referência da Administração.

9.5. A licitante deverá juntar obrigatoriamente à proposta, os documentos abaixo relacionados para todos os itens:

9.5.1 Comprovação de capacidade técnico-operacional: pelo menos 01 (um) atestado em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para comprovação de desempenho de atividade(s) pertinente(s) e compatível(is) com o objeto da licitação;

9.5.1.1 O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas e período da contratação.

9.5.1.2 Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

9.5.2 Autorização de Funcionamento (AFE) da licitante e do fabricante, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/MS. Conforme exigido pela Lei Federal nº. 6.360, de 23 de setembro de 1976; Decreto Federal nº. 8.077, de 14 de agosto de 2013 e demais normas pertinentes. Poderá ser apresentada a publicação no Diário Oficial da União;

9.5.3 Autorização Especial de Funcionamento (AE) da empresa licitante concedida pela Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde (SVS/MS), quando se tratar de medicamento constante na relação do Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a Controle Especial aprovadas pela Portaria nº. 344/98 de 12/05/98 da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, em substituição ao item: Alvará Sanitário (ou Licença Sanitária/licença de funcionamento da licitante, expedido pelo serviço de vigilância sanitária estadual ou municipal;

9.5.4 Alvará, expedido pelo serviço de vigilância sanitária local (Municipal Distrital ou Estadual). Caso o documento exigido nesta alínea não indique a sua validade, considerar-se-á o prazo de 12 (doze) meses, contados de sua emissão.

9.6. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

9.7. A apresentação da Proposta Comercial implica na aceitação plena e total das condições deste Edital, sujeitando o licitante às sanções previstas na legislação vigente.

9.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta da licitante provisoriamente arrematante.

9.9. Ficam os interessados cientes da necessidade de atender aos prazos aqui fixados, ainda que tal lhe seja facultado.

9.10. Em obediência Princípio da isonomia entre os licitantes, após transcorrido o prazo de que trata o item 9.2, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preços ou de qualquer outro documento complementar ou retificador (salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência sendo realizado pela Pregoeira a convocação do próximo licitante tendo em vista a Ordem de Classificação.

9.11. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 9.2 deste edital.

10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.1. A consulta realizar-se-á em nome da licitante e de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

10.1.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado desclassificado, por falta de condição de participação.

10.2 Será desclassificada a proposta arrematante que:

10.2.1. conter vícios insanáveis;

10.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

10.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

10.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

10.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.4 Para fins de comprovação de **exequibilidade**:

10.4.1. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 20% (vinte por cento) do valor orçado pela Administração.

10.4.1.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem 10.4.1, só será considerada após diligência do responsável pela licitação, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.4.1.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.5. Em licitação para contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima e daqueles presentes no Termo de Referência, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

10.5.1. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021 (art. 59, §5º da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, o responsável pela licitação poderá colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada nesse objeto.

11. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência da aquisição com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração. Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação dos produtos e serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis. Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados, levando em consideração o desgaste natural. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

11.2. Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

11.2.1. A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

11.2.2. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

11.2.3. O beneficiário do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa o fornecimento das quantidades já registradas.

11.2.4. As aquisições adicionais a que se refere o item 12.2.1 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

11.2.5. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preço a que se refere o item 12.2.1 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

11.2.6. Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

11.2.7. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

11.3. A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.

11.4. A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preço vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

11.5. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (ANEXO I) e da própria Ata de Registro de Preço (Anexo VI).

11.6. As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

11.7. O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

11.8. Os preços registrados serão considerados compatíveis com os de mercado se forem iguais ou inferiores à média daqueles apurada em pesquisa.

11.9. Sendo o preço registrado na Ata de Registro de Preço superior à média de preços do mercado, o Órgão Gerenciador solicitará, mediante correspondência, novas propostas de preço às empresas beneficiárias do registro.

11.10. Caso os novos preços propostos permaneçam superiores à média dos preços de mercado apurada em pesquisa, o fato será registrado nos autos do processo, promovendo-se a contratação da aquisição por meio de nova licitação, assegurada às empresas beneficiárias do registro a preferência na contratação quando o menor preço/maior desconto obtido no certame for igual ao registrado.

11.11. Caso os preços registrados e os obtidos em nova licitação permaneçam superiores à média de preços de mercado apurada em pesquisa, poderá ser feita a contratação direta, com dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso III, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/2021.



12. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

12.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021;

12.1.1.1. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

12.1.2. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12.2 MODELO DE GESTÃO DA ATA

12.2.1. A ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

12.2.2. A execução da ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da ata, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

12.2.3. O fiscal da ata anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da ata, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

12.2.4. O fiscal da ata informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

12.2.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o serviço da ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de técnicas nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

12.2.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ata, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

12.2.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ata (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

12.2.8. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ata (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

12.2.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.2.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.2.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação de regularidade da empresa.

12.2.12. Serão exigidas as certidões conforme art. 68 da lei 14.133 de 2021.

13. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

13.1. As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas e as licitantes vencedoras.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

13.1.1. Serão incluídos na Ata de Registro de Preço os licitantes que aceitarem cotar os serviços em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preço.

13.3. A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preço, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas – Bahia o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.

13.4. As licitantes remanescentes convocados na forma do item 14.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades mencionadas no item 24.

13.5. O órgão gerenciador poderá admitir a inclusão superveniente de novas empresas para os itens constantes da ata de registro de preços, desde que observadas as condições estabelecidas no edital, a ordem de classificação constante da ata e as condições oferecidas pelo primeiro colocado da licitação.

13.5.1. A admissão de novas empresas referida no item 14.5 deve ser publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Diário Oficial do Município de Lauro de Freitas/BA, e será permitida nas seguintes hipóteses:

- a) quando, por peculiaridades de mercado, o quantitativo total estimado não for atingido no momento da licitação;
- b) quando o quantitativo total estimado sofrer acréscimo decorrente da ocorrência de fato superveniente devidamente justificado pela autoridade competente do órgão gerenciador.

13.5.2. A inserção de novos fornecedores para o item registrado ocorrerá mediante admissão, submetida à concordância dos demais fornecedores, que deverão se pronunciar, obrigatoriamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação de documento devidamente formalizado por representante legal da empresa com poderes “ad judicia” e “ad negocia”.

14. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

14.1 As alterações dos preços registrados seguirão o disposto na alínea “d” do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 Os preços registrados poderão ser negociados nos seguintes casos:

14.2.1 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração Pública convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, observado os termos da legislação em vigor.

14.2.2 No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

14.2.3 Os preços registrados poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação anual do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

14.3. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

14.3.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

14.3.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

14.3.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

14.3.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 24.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 14.3 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.5. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.6. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

14.7. Por razão de interesse público;

14.8. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

15.2. O cumprimento dos requisitos de habilitação e a validade dos documentos serão averiguados relativamente à data de sua apresentação, após solicitação da Pregoeira no sistema.

15.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital apenas pela licitante provisoriamente arrematante, por meio do sistema eletrônico, preferencialmente de forma ordenada sequencialmente por item de habilitação, de modo a facilitar sua análise, no prazo de até **02 (duas) horas úteis subsequente ao da solicitação da Pregoeira no sistema.**

15.4 Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação das licitantes convocadas para sua apresentação.

15.5. Para efeito de validade dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista e certidão negativa de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, se outro prazo não constar de ato normativo ou do próprio documento, será considerado o período de 90 (noventa) dias após sua emissão.

15.6. Os documentos inseridos no sistema que estiverem corrompidos serão considerados como inexistentes. Não serão aceitos links de serviços de armazenamento de arquivos em substituição ao envio dos documentos solicitados no item 15.1. deste edital.

15.7 Dos documentos que compõem a habilitação:

15.7.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

15.7.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual;

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

c) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

15.8 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

15.8.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 15.8.2 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 15.8.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;
- 15.8.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com redação atualizada pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;
- 15.8.5 Declaração assinada pelo representante legal da licitante, devidamente identificado, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz, nos termos disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal’.
- 15.8.6 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 15.8.7 A verificação pelo Órgão responsável ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

15.9 Qualificação Econômico-Financeira.

- 15.9.1 Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) e Certidão de Insolvência Civil Pessoa Jurídica.
- 15.9.2 Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando; índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 01 (um);
- a) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- b) Os documentos referidos acima limitar serão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois);
- c) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital ECD ao SPED.
- d) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). Deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente;
- e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133 de 2021, art. 65 ,§ 1º);
- f) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

15.9.2.1 A adoção de índices constitui instrumento relevante para a constatação da exequibilidade do objeto e não pode ser desconsiderada pela Administração, especialmente no tocante aos contratos de média e longa duração. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no Art.69, da Lei 14.133/2021, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, através dos cálculos previstos e devidamente justificados, usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação, ao passo em que não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, eis que estabelecidos em patamares aceitáveis.

15.9 Qualificação Técnica



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 15.9.1 Comprovação de capacidade técnico-operacional: pelo menos 01 (um) atestado em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para comprovação de desempenho de atividade(s) pertinente(s) e compatível(is) com o objeto da licitação;
- 15.9.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas e período da contratação.
- 15.9.3 Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.
- 15.9.4 Comprovação de aptidão para fornecimento compatível com o objeto poderá ocorrer por atestado(s) de fornecimento ou por nota(s) fiscal(is) / contrato(s) / ARP(s) que evidenciem fornecimento anterior de itens similares em porte e natureza, admitida a soma de documentos para atingir compatibilidade, preservado o julgamento objetivo.
- 15.9.5 Alvará de Funcionamento Municipal ou Distrital em plena validade.
- 15.9.6 Quando aplicável poderá ser exigidas licenças/autorização sanitária/ambiental ou regulatória apenas quando legalmente aplicáveis à atividade do licitante e ao item fornecido, admitindo-se documentação equivalente do domicílio/sede, sem restrição territorial
- 15.9.7 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas **por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.**
- 15.9.8 A Administração se reserva o direito de promover quaisquer diligências que se façam necessárias a fim de verificar a veracidade e a precisão das informações fornecidas.
- 15.9.9 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo.
- 15.9.10 Os documentos referentes à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômica e Financeira poderão ser substituídos pelo registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal (SICAF), desde que apresentado dentro do prazo de validade, sendo necessário que os mesmos se encontrem listados no CRC, caso contrário, o licitante fica obrigado a apresentá-los.
- 15.9.11 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Termo, o licitante será declarado vencedor;
- 15.9.12 A regularidade dos documentos exigidos no subitem 15.7.1, 15.8 e 15.9 será confirmada a autenticidade por meio de consulta “on-line”.
- 15.9.13 A licitante que deixar de atender às condições de habilitação contidas neste Termo, apresentar documento(s) incompleto(s), ilegível(is), com borrões, rasuras, entrelinhas, ou, ainda, com seus prazos de validade vencidos será inabilitada. Salvo o tratamento diferenciado às Micro (ME) e Pequenas Empresas (EPP) no tratamento diferenciado da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, nas restrições relativas às certidões de regularidade fiscal e trabalhista.
- 15.9.14 As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 15.9.15 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- 15.9.15.1 SICAF;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

15.9.15.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

15.9.15.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

15.9.16 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.9.17 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.9.18 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.9.19 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

15.9.20 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

15.9.21 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

15.10 Outros Documentos de Habilitação

15.10.1 DECLARAÇÕES

15.10.1.1 A contratada deverá comprovar conter ainda os documentos a seguir relacionados:

- A) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- B) Declaração assinada pelo representante legal da licitante, devidamente identificado, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz, nos termos disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- C) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

15.10.2 **DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES – (PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO):** As exigências visam resguardar a segurança sanitária, a rastreabilidade e a conformidade regulatória dos produtos a serem fornecidos à Administração.

15.10.2.1 Deverá ser informada a especificação completa do produto ofertado, com marca e fabricante, forma de embalagem.

15.10.2.2 Para fins de verificação técnica das especificações, serão aceitos, conforme a natureza do lote/item:

- a) **Lote 01 (apicultura/EPIs/ferramentas):** catálogo/prospecto com fotos e especificações;
- b) **Lote 02 (alimentação animal):** rótulo e/ou ficha técnica do fabricante, com níveis de garantia e identificação do produto/lote;
- c) **Lote 03 (rodenticidas/saneantes desinfestantes):** rótulo e/ou ficha técnica, número de registro/notificação aplicável e documentos de segurança do produto, quando cabíveis. A Administração poderá diligenciar para sanar dúvidas, vedada exigência desnecessária que comprometa a competitividade.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 15.10.2.3 Para os itens 01 (macacão) e 02 (luvas) do **Lote 01**: por se tratarem de EPI, apresentar Certificado de Aprovação (CA) válido, conforme NR-6, com indicação no produto/embalagem ou documento do fabricante, garantindo proteção efetiva e mitigação de risco ocupacional.
- 15.10.2.4 Para os itens do **Lote 02**, por se tratarem de produtos destinados à alimentação animal, o licitante deverá apresentar comprovação de regularidade junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, mediante indicação do número de registro/cadastro do produto ou do estabelecimento fabricante, conforme legislação aplicável ao setor de alimentação animal. A comprovação poderá ser realizada por meio do rótulo, ficha técnica ou documento oficial equivalente. Nos casos em que o produto não esteja sujeito a registro/cadastro no MAPA, deverá ser apresentada declaração expressa de isenção/dispensa, acompanhada da respectiva fundamentação normativa.
- 15.10.2.5 Para os itens do **Lote 03**, classificados como saneantes desinfestantes destinados ao controle de roedores em ambientes urbanos, será exigida a comprovação de registro/notificação e regularidade sanitária junto à ANVISA/Ministério da Saúde, nos termos da regulamentação vigente, mediante apresentação do número de registro no rótulo, ficha técnica ou documento oficial do fabricante/detentor do registro. Somente será admitida declaração de isenção ou dispensa quando houver base legal específica que afaste a obrigatoriedade de registro, hipótese que deverá ser devidamente demonstrada pelo licitante.
- 15.10.2.6 Quando o licitante atuar como distribuidor/comerciante, a comprovação de regularidade poderá se dar pelo registro/notificação do produto e pela regularidade do fabricante/detentor do registro, sem prejuízo das licenças do estabelecimento do licitante quando legalmente exigíveis.

15.11 OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- a) Não serão aceitos **“protocolos de entrega”** ou **“solicitação de documento”** em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;
- b) As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas **por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição**.
- c) A Administração se reserva o direito de promover quaisquer diligências que se façam necessárias a fim de verificar a veracidade e a precisão das informações fornecidas.

16. DA ANÁLISE E JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 16.1 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a sua substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.
- 16.2. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, acessível às licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 16.2.1. A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, a Pregoeira poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.
- 16.2.2. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) quando apresentou sua proposta, que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.
- 16.3. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.
- 16.4. Constituem motivos para INABILITAÇÃO da licitante, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto no subitem 16.2:
- 16.4.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

16.4.2. A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação da proposta eletrônica;

16.4.3. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

16.4.4 A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

16.4.5. O não cumprimento dos requisitos de habilitação;

16.4.6. O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.

16.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos a Pregoeira considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

16.6. Caso a licitante não atenda às exigências de habilitação a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

17. DOS RECURSOS

17.1. Dos atos da Administração decorrentes desta licitação cabem:

17.1.1. **Recurso Hierárquico** em face de:

a) julgamento das propostas;

b) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

c) anulação ou revogação da licitação;

17.1.2. **Pedido de reconsideração**, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

17.2. Para os recursos apresentados em face do julgamento das propostas e da habilitação ou inabilitação de licitante (alínea b), serão observadas as seguintes disposições:

17.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada pela licitante, exclusivamente via sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos, após o julgamento da proposta ou da habilitação, sob pena de preclusão.

17.2.1.1 A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso naquele período.

17.2.2. As licitantes que manifestaram a intenção de interpor recurso deverá apresentar sua peça recursal, dirigidos à Pregoeira, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do lote no sistema, após o julgamento da proposta e da habilitação de licitante.

17.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso 03 (três) dias úteis e terá início na data de divulgação da interposição de recurso.

17.2.4. A apreciação dar-se-á em fase única.

17.3. Os demais recursos hierárquicos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, através do ambiente do sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do dia subsequente ao da publicação no Diário Oficial do Município.

17.4. A autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

17.5. O pedido de reconsideração será dirigido à autoridade que praticou o ato, através do e-mail copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da data da intimação relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

17.5.1 A autoridade deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

17.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.7. O acolhimento de recurso implicará a invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

17.8. Não serão acatados recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante.

18. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

18.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante comprovação de que os preços permanecem vantajosos e observadas as condições legais aplicáveis ao SRP.

18.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período observando o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Os contratos decorrentes da Ata, quando formalizados, terão vigência de 12 (doze) meses a partir da assinatura, prorrogáveis na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, desde que atendidos o interesse público, a vantajosidade e a regularidade do fornecimento;

18.3 O fornecimento será sob demanda, mediante emissão de nota de empenho/ordem de fornecimento, com quantitativos variáveis conforme necessidade das ações de Vigilância em Saúde, sem obrigatoriedade de aquisição total estimada.

18.4 O prazo para entrega será de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho/ordem de fornecimento, em remessa conforme solicitado, no endereço: Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), Rua Leonardo R. da Silva, Cond. Nossa Senhora de Lourdes, nº 377, Lote 08, Bairro Pitangueiras, Lauro de Freitas/BA, CEP 42.701-420.

18.4.1 Na hipótese de impossibilidade de entrega no prazo, a Contratada deverá comunicar formalmente as razões imediatamente após ciência do impedimento, e, sempre que possível, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do termo final do prazo, para análise de prorrogação devidamente motivada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

18.4.2 No ato da entrega, os produtos deverão apresentar prazo de validade remanescente mínimo de 75% do prazo total de validade do fabricante, ou, alternativamente, mínimo de 12 meses, prevalecendo o que for menor, salvo autorização expressa e justificada da Contratante para casos específicos.

18.4.3 A entrega deverá observar as condições do fabricante quanto a temperatura/umidade/empilhamento, integridade das embalagens e proteção contra intempéries. Será motivo de rejeição: embalagem violada, ausência de identificação de lote/fabricação/validade, sinais de umidade, mofo, contaminação, ou divergência de rotulagem.

18.4.4 Para os itens do Lote 03, a Contratada deverá fornecer, quando aplicável, **FISPQ/FDS** e orientações de manuseio/armazenamento seguro, bem como assegurar que a rotulagem contenha advertências e instruções de uso conforme o fabricante/detentor do registro.

19. DA VIGÊNCIA

19.1. O Registro de Preços terá duração de 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação da Ata na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade;

19.2. O instrumento contratual que vier a ser celebrado durante a validade da Ata de Registro de Preço, poderá ter vigência de 01 (um) ano, contados a partir da data de sua assinatura, se for de interesse da Administração, conforme Art. 105, da Lei 14.133/2021.

19.3. A duração do contrato poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme Art. 107, da Lei 14.133/2021.

20. DO PAGAMENTO

20.1 Recebimento:

20.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para posterior verificação de conformidade com o Termo de Referência e a proposta.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

20.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, se em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos pela contratada, às suas expensas, no prazo que vier a ser definido pela Administração, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções.

20.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, após verificação da qualidade e quantidade dos materiais e lavratura de termo de recebimento definitivo.

20.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma motivada, uma única vez e por igual período, quando a natureza do objeto ou a necessidade de diligências adicionais assim o exigir.

20.1.5 Em caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente quanto à dimensão, qualidade ou quantidade dos bens entregues, deverá ser liberada, no prazo contratual, a parcela incontroversa, aplicando-se o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

20.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

20.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela solidez, segurança, qualidade e adequação dos produtos fornecidos durante o prazo de garantia contratual e legal.

20.2 Liquidação

20.2.1 Recebida a nota fiscal ou documento equivalente, o setor competente procederá à liquidação da despesa, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis de forma motivada por igual período, verificando a conformidade do fornecimento com o contrato.

20.2.2 Para fins de liquidação, será verificado se a nota fiscal contém os elementos essenciais: dados da contratada e do órgão contratante, número do contrato, período de referência, descrição dos bens, valor a pagar, retenções tributárias e demais informações exigidas.

20.2.3 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação, o processo ficará sobrestado até que a contratada promova a regularização, reiniciando-se o prazo após a comprovação do saneamento, sem ônus para a Administração;

20.2.4 A nota fiscal deverá ser acompanhada de comprovação de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, conforme exigências do edital e da Lei nº 14.133/2021, admitida consulta eletrônica a cadastros oficiais.

20.2.5 Constatada situação de irregularidade impeditiva, a Administração notificará a contratada para regularização ou apresentação de defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo adotar as providências administrativas cabíveis, inclusive rescisão contratual, se a situação persistir;

20.2.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.2.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

20.2.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.3 Prazo de pagamento

20.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

20.4 Forma de pagamento



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

20.4.1 O pagamento será realizado por ordem bancária, em conta corrente indicada pela contratada em instituição financeira oficial ou por meio admitido pela Administração.

20.4.2 Considera-se como data do pagamento aquela em que for emitida a ordem bancária.

20.4.3 Na ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias e legais cabíveis, independentemente dos percentuais indicados em planilha de custos, observada a legislação vigente.

20.4.4 A contratada optante pelo Simples Nacional deverá comprovar formalmente sua condição para fruição do tratamento tributário favorecido, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

21. DAS OBRIGAÇÕES

21.1 DA CONTRATADA

21.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

21.1.1.1 Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

21.1.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca; quantidade;

21.1.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

21.1.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

21.1.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

21.1.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

21.1.1.7 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

21.1.1.8 Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

21.1.1.9 Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos utilizados para a prestação de serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligência resultante da prestação do serviço.

21.2 DA CONTRATANTE

21.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

21.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

21.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

21.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

21.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo e seus anexos;

21.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21.7 O direito de paralisar ou suspender a qualquer momento a execução do contrato, caso haja qualquer infringência das normas legais ou procedimentos aplicados.

22. DAS PENALIDADES

22.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima do Termo, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima do Termo, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º (art. 156, §5º, da Lei), impedido o responsável de licitar ou contratar com o Município pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;
- d) **Multa**:
 - (1) moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor do contrato;
 - (2) multa de 2% (dois por cento) a partir do 16º (decimo sexto) dia, até o 30º dia de atraso;
 - (3) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

22.3. A aplicação das sanções previstas no Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º);

22.4. Todas as sanções previstas no Termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

22.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157);

22.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

22.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

22.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

22.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160);

22.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161);

22.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

23. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1 As despesas decorrentes das futuras contratações que vierem a ser formalizadas com base nesta Ata de Registro de Preços correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, em dotações próprias da Secretaria Municipal de Saúde de Lauro de Freitas/BA, observadas a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei nº 14.133/2021.

I. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Descrição	Código	Nomenclatura
Órgão	23	Secretaria Municipal de Saúde



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Unidade	2301	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Ação/Atividade	2052 2053	Funcionamento Dos Serviços De Vigilância Epidemiológica Funcionamento Dos Serviços Da Vigilância Sanitária
Elemento	339030	Material de Consumo.
Fontes de recursos	15001002 16000000	Recursos não vinculados de impostos destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde. Transferência Fundo a Fundo de Recursos provenientes do Governo.

II. Em se tratando de Sistema de Registro de Preços, a presente fase limita-se à estimativa da demanda e à fixação de preços máximos, não implicando, por si só, compromisso imediato de despesa. A indicação da dotação orçamentária específica será exigida e registrada em cada contratação decorrente da Ata (contrato, ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente), nos termos da legislação orçamentária e do art. 18, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, garantindo que apenas haja empenho quando houver efetiva necessidade de aquisição.

24. DA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

24.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública de abertura do certame, através do portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou do endereço eletrônico copel.secad@laurodefreitas.ba.gov.br

24.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no portal eletrônico <https://licitanet.com.br/> e publicada no Diário Oficial.

24.3. Eventuais modificações neste edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

24.4. A ausência de impugnação implica a aceitação tácita, pela licitante, das condições previstas neste edital e em seus anexos.

25. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

25.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

25.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

25.3 Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

25.4 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 08 (oito) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

25.4.1 Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante a Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a Justiça do Trabalho (CNDT) e as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, estiverem com prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

25.4.2 Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

25.5 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

25.6 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

25.7 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

25.8 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, compensações ou apelações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

26. DA SUBCONTRATAÇÃO

26.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

26.1.1 “A vedação não se aplica a serviços acessórios de logística/transporte, desde que mantida a responsabilidade integral da contratada pelo fornecimento e pela qualidade dos produtos.”

26.2 A vedação observa o art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, preservando a responsabilidade integral da contratada e evitando intermediação meramente administrativa que não agrega vantajosidade técnica ou econômica à Administração.

27. DO REAJUSTE

27.1 Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados anualmente, a contar do orçamento estimado, salvo dispositivo legal que de outro modo discipline a matéria ou no caso de desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual;

27.2. Adota-se o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou, na falta deste, o que vier a substituí-lo para correção do valor inicialmente contratado;

27.3. Com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida, a qualquer tempo, a revisão do preço inicialmente contratado, desde que, em eventuais solicitações nesse sentido, a CONTRATADA comprove a superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

28. DA GESTÃO DO CONTRATO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “f”)

28.1 A execução da Ata/contratos dela decorrentes deverá observar fielmente as cláusulas pactuadas e a Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de eventual inexecução total ou parcial, inclusive quanto à qualidade, regularidade e prazos de entrega dos itens (rodenticidas, rações e insumos de apicultura).

28.2 Havendo impedimento, paralisação ou suspensão formalmente determinada, os prazos de entrega/execução serão ajustados pelo período correspondente, com o devido registro por apostilamento, quando cabível.

28.3 As comunicações entre Administração e Contratada serão preferencialmente por escrito, admitido meio eletrônico institucional, garantindo rastreabilidade, transparência e controle.

28.4 A Administração poderá convocar representante da Contratada para adoção imediata de providências, especialmente para correções, substituições, reposições e esclarecimentos técnicos.

28.5 A critério da Administração, poderá ser realizada reunião inicial para alinhamento de fornecimento, recebimento, critérios de conformidade, rotinas de fiscalização, indicadores de desempenho e sanções aplicáveis.

28.1 Fiscalização:

28.1.1 A execução será acompanhada por fiscal(is) designado(s), inicialmente o(a) servidor(a): Edgar Pinho Cerqueira (Matrícula nº 127552) ou substituto(s).

28.1.2 A designação de gestor e fiscais ocorrerá por Portaria, com publicação oficial, a fiscalização observará o art. 7º da Lei nº 14.133/2021, podendo haver apoio técnico de terceiros, quando necessário.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

28.1.3 O fiscal registrará ocorrências, exigirá regularização, e poderá determinar substituição de itens em desconformidade (ex.: validade, rotulagem, irregularidade sanitária/ambiental, qualidade inferior).

28.1.4 Demandas que extrapolem a competência do fiscal serão imediatamente comunicadas à autoridade superior.

28.1.5 O fiscal poderá ser apoiado por assessoramento jurídico e controle interno para mitigação de riscos.

28.1.6 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

28.1.7 O fiscal administrativo verificará habilitação/regularidade, empenho, liquidação, glosas, apostilamentos e aditivos, solicitando documentos comprobatórios.

28.1.8 Constatado descumprimento, atuará tempestivamente e reportará ao gestor para medidas cabíveis.

28.1.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

28.2 Gestor do Contrato

28.2.1 Compete ao gestor coordenar o acompanhamento do contrato, consolidar registros, e avaliar a necessidade de ajustes para assegurar a finalidade pública:

28.2.2 Monitorará ocorrências registradas pelos fiscais e encaminhará à autoridade superior as matérias que excedam sua competência.

28.2.3 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

28.2.4 Emitirá atesto gerencial com base nas avaliações técnica e administrativa, indicando desempenho e eventual aplicação de penalidades.

28.2.5 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

28.2.6 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

29. DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

29.2. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias úteis.

29.3. As referências de horário correspondem ao horário oficial da Bahia.

29.4. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira.

30. FORO

30.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

31. ANEXOS DO EDITAL

31.1. Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA – PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO
ANEXO II	DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA
ANEXO III	DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
ANEXO IV	DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO
ANEXO V	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
ANEXO VI	MINUTA DA ATA
ANEXO VII	MINUTA DO CONTRATO

31.2. – Este Edital e seus anexos contêm 68 (sessenta e oito) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

Lauro de Freitas/BA, 30 de março de 2026.

Heider do Vale Almeida Pinheiro
Diretoria de Licitações



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO I

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TERMO DE REFERÊNCIA n. 001/2026
PROC. ADMINISTRATIVO Nº: 00.372/2025**

1. OBJETO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “a”).

1.1 Registro de Preços para futura e eventual aquisição de rodenticidas, rações para animais de pequeno e grande porte e materiais e insumos de apicultura, destinados a atender às demandas e ações de Vigilância em Saúde do Município de Lauro de Freitas/BA.

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QTDE.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
01	Conjunto para apicultor (macacão com proteção facial): macacão confeccionado em tecido tipo brim grosso (algodão e/ou composição equivalente de resistência similar), cor clara, fechamento frontal por zíper, elásticos em punhos e tornozelos, capuz com tela de proteção acoplada e removível por zíper, costuras reforçadas. Tamanho conforme especificação no pedido (ou tamanho único, quando aplicável). Destinado à proteção individual durante manejo de colmeias.	UND	24	R\$ 421,52	R\$ 10.116,48
02	Luvas para apicultor (par): luvas de proteção em couro ou material sintético resistente, com mangas longas em tecido leve e elástico nas extremidades para vedação. Tamanhos conforme pedido, devendo contemplar, no mínimo, tamanhos P e G (referência mínima: 2 pares P e 2 pares G). Indicadas para manejo de colmeias e proteção contra ferroadas.	UND	12	R\$ 89,95	R\$ 1.078,20
03	Faca tipo peixeira: lâmina em aço inoxidável temperado, comprimento aproximado de 10 a 12 polegadas, cabo em madeira ou material resistente, anatômico e antiderrapante. Indicada para uso geral no apiário (ex.: corte de favos e manutenção de colmeias).	UND	10	R\$ 34,78	R\$ 347,80
04	Tela mosquiteira em polietileno (cinza): malha fina em polietileno de alta densidade, resistente a intempéries, cor cinza. Largura mínima 1,20 m e comprimento mínimo de rolo 50 m. Indicada para vedação e proteção de ambientes apícolas contra entrada de insetos.	UND	20	R\$ 275,30	R\$ 5.506,00
05	Caixa-isca para captura de abelhas com ferrão: confeccionada em madeira leve (ex.: pinus ou similar), com tampa e fundo removíveis, apta a atrair e capturar enxames. Dimensões aproximadas: 30 x 25 x 20 cm. Pode conter fendas para ventilação e local para introdução de atrativo.	UND	15	R\$ 222,08	R\$ 3.331,20
06	Vassoura/escova apícola (remoção de abelhas): ferramenta manual com cerdas macias (naturais ou sintéticas), largura útil entre 8 e 12 cm, com fixação firme ao suporte, e cabo anatômico leve com comprimento total entre 90 e 120 cm (ou equivalente), acabamento sem rebarbas. Indicada para remoção delicada de abelhas dos favos, garantindo eficiência no manejo e minimizando danos ao enxame.	UND	06	R\$ 24,86	R\$ 149,16



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

07	Formão para apicultor: ferramenta em aço temperado para abertura de colmeias e destacamento de quadros, com lâmina plana, extremidade tipo alavanca e ponta chanfrada. Cabo em madeira ou plástico resistente. Comprimento total aproximado de 25 a 30 cm.	UND	06	R\$ 59,65	R\$ 357,90
08	Corda de polipropileno (trançada): comprimento mínimo 30 m, diâmetro entre 8 e 10 mm, resistente à tração, ao sol e à umidade. Indicada para fixações e transporte de materiais no apiário.	UND	08	R\$ 226,91	R\$ 1.815,28
09	Elástico tipo cordão (redondo): fornecimento em rolo (comprimento mínimo 2,5 m) ou por metro, conforme pedido; diâmetro entre 3 e 5 mm, cor clara, material em poliéster ou equivalente, com boa elasticidade e resistência à tração. Uso em ajustes e fixações de vestimentas e telas.	UND	06	R\$ 32,83	R\$ 196,98
10	Fita zebra para sinalização/isolamento: fita em polietileno flexível, padrão zebra (amarelo/preto ou vermelho/branco), largura mínima 7 cm, rolo com comprimento mínimo 100m. Indicada para demarcação de áreas de segurança/risco/ isolamento.	ROLO	200	R\$ 29,45	R\$ 5.890,00
11	Fumigador (apicultura): equipamento manual para produção de fumaça durante manejo de colmeias; corpo em aço galvanizado ou inoxidável, câmara interna para combustão, fole em couro ou PVC com armação metálica e bico direcionador. Capacidade mínima 750 ml, resistente ao calor e de fácil manuseio.	UND	04	R\$ 334,35	R\$ 1.337,40

VALOR TOTAL (R\$): Trinta mil, cento e vinte seis reais e quarenta centavos.

R\$ 30.126,40

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QTDE.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
01	Ração seca para gatos adultos (alimento completo e balanceado), indicada para manutenção. Regular conforme legislação aplicável (MAPA) e com comprovação por rótulo/ficha técnica. Parâmetros mínimos: PB mín. 16%; Extrato Etéreo mín. 8%; Matéria Fibrosa máx. 5%; Matéria Mineral máx. 10%; Cálcio mín. 1,0% e máx. 2,4%; Fósforo mín. 0,8%; Umidade máx. 12%. Com proteínas de origem animal e vegetal, vitaminas e minerais. Embalagem: saco 10 kg, original de fábrica, lacrado, identificado (fabricação/validade) e regularidade do produto.	PCT	45	R\$ 85,10	R\$ 3.829,50
02	Ração seca para cães adultos (alimento completo e balanceado), para cães adultos de todas as raças. Regular conforme legislação aplicável (MAPA) e com comprovação por rótulo/ficha técnica. Parâmetros mínimos: PB mín. 16%; Extrato Etéreo mín. 8%; Matéria Fibrosa máx. 5%; Matéria Mineral máx. 10%; Cálcio mín. 1,0% e máx. 2,4%; Fósforo mín. 0,8%; Umidade máx. 12%. Embalagem: saco 15 kg, íntegro, lacrado, rotulado/identificado e regularidade do produto.	PCT	22	R\$ 175,22	R\$ 3.854,84
03	Ração úmida para gatos adultos (sachê), alimento completo e balanceado, próprio para consumo diário. Regular conforme legislação aplicável (MAPA) e com comprovação por rótulo/ficha técnica. Parâmetros mínimos: PB mín. 8%; Extrato Etéreo mín. 4%; Matéria Fibrosa máx. 2,5%; Matéria Mineral máx. 3%; Umidade máx. 85%. Embalagem: sachê	SACHE	700	R\$ 8,59	R\$ 6.013,00



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	com peso mínimo 70g, acondicionado conforme padrão do fabricante, rotulado/identificado e regularidade do produto.				
04	Ração seca para cães filhotes (alimento completo e balanceado), indicada para fase de crescimento. Regular conforme legislação aplicável (MAPA) e com comprovação por rótulo/ficha técnica. Parâmetros mínimos: PB mín. 22%; Extrato Etéreo mín. 8%; Matéria Fibrosa máx. 5%; Matéria Mineral máx. 10%; Cálcio mín. 1,0% e máx. 2,4%; Fósforo mín. 0,8%; Umidade máx. 12%. Embalagem: saco 25 kg, lacrado, rotulado/identificado e regularidade do produto.	PCT	02	R\$ 166,88	R\$ 333,76
05	Ração seca para gatos filhotes (alimento completo e balanceado), indicada para fase de crescimento. Regular conforme legislação aplicável (MAPA) e com comprovação por rótulo/ficha técnica. Parâmetros mínimos: PB mín. 22%; Extrato Etéreo mín. 8%; Matéria Fibrosa máx. 5%; Matéria Mineral máx. 10%; Cálcio mín. 1,0% e máx. 2,4%; Fósforo mín. 0,8%; Umidade máx. 12%. Embalagem: saco 10 kg, original de fábrica, lacrado, rotulado/identificado e regularidade do produto.	PCT	06	R\$ 126,48	R\$ 758,88
06	Ração para equinos - manutenção, embalagem mínima 40 kg, alimento balanceado para manutenção, com comprovação por rótulo/ficha técnica. Especificações mínimas: Proteína bruta mín. 12%; Extrato etéreo mín. 2%. Níveis de garantia (mín./máx.) conforme rótulo/laudo do fabricante, observando: Ácido nicotínico mín. 1,60 mg; Cálcio mín./máx. 12,00/15,00 g; Cobre mín. 4,86 mg; Cobalto mín. 0,40 mg; Enxofre mín. 66,52 mg; Extrato etéreo mín. 20,00 g; FDA máx. 100,00 g; Ferro mín. 34,20 mg; Fósforo mín. 6000,00 mg; Iodo mín. 0,40 mg; Lisina mín. 1000,00 mg; Magnésio mín. 0,80 mg; Manganês mín. 32,40 mg; Matéria fibrosa máx. 100,00 g; Matéria mineral máx. 120,00 g; Metionina mín. 400,00 mg; Proteína bruta mín. 120,00 g; Selênio mín. 0,24 mg; Umidade máx. 130,00 g; Vit. A mín. 8000 UI; Vit. B1 mín. 0,78 mg; Vit. B12 mín. 1,60 mcg; Vit. B2 mín. 1,60 mg; Vit. D3 mín. 2080 UI; Vit. E mín. 24 UI; Zinco mín. 40,50 mg.	PCT	200	R\$ 133,87	R\$ 26.774,00
07	Feno para equinos - Tipo A, de gramíneas próprias para alimentação animal (ex.: Tifton, Coast-cross, Pangola ou similar), colhido no ponto adequado, coloração verde a verde-claro, odor característico, livre de mofo, poeira excessiva, insetos, corpos estranhos e plantas tóxicas. Parâmetros mínimos: PB mín. 8%; Fibra bruta mín. 25%; Matéria seca mín. 85%; Umidade máx. 15%. Apresentação em fardos prensados, íntegros, peso médio mínimo 20kg, devidamente amarrados, com armazenamento/transporte que preservem a qualidade.	FARDOS	1.000	R\$ 52,17	R\$ 52.170,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02 (R\$): Noventa e três mil, setecentos e trinta e três reais e noventa e oito centavos.				R\$ 93.733,98	
LOTE 03					
ITEM	DESCRIÇÃO	UF	QTDE.	VALOR UNIT (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
01	Raticida anticoagulante - dose única (bloco extrusado), com princípio ativo brodifacoum 0,005%, fracionado em sacos plásticos com embalagem individual. Apresentação: caixa de embarque com 1 kg (embalados individualmente em	KG	90	R\$ 76,66	R\$ 6.899,40



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

	plástico no mínimo 10g), com rotulagem/identificação e regularidade sanitária do produto.				
02	Raticida isca (pellets), isca granulada em forma de péletes, base bromadiolone 0,005% p/p, indicada para combate a roedores em diversas instalações. Embalagem: sachê com peso mínimo 25 g, rotulado/identificado e regularidade sanitária do produto.	SACHE	250	R\$ 2,28	R\$ 570,00
03	Raticida anticoagulante em pó de contato, com cumafeno 1%, ação anticoagulante (hidroxicumarina), com regularidade sanitária (registro/regularização no órgão competente, conforme rotulagem). Embalagem mínima 1 kg, íntegra e lacrada.	KG	250	R\$ 65,54	R\$ 16.385,00
VALOR TOTAL LOTE 03 (R\$): vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos.				R\$ 23.854,40	
VALOR GLOBAL (R\$): cento e quarenta e sete mil, setecentos e quatorze reais e setenta e oito centavos.				R\$ 147.714,78	

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.3 Sendo, caso de Registro de Preços, a duração será de **12 (doze) meses**, contados da data de publicação da Ata na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade.

1.4 A entrega dos objetos deverá ser efetuada de forma parcelada, de acordo com a especificação no Termo de Autorização de Fornecimento.

1.5 Fundamentação da Contratação

1.5.1 O objeto deste Termo de Referência fundamenta-se na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente, no que couber.

1.5.2 A presente contratação, a ser processada pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), visa à futura e eventual aquisição de rodenticidas, rações para animais de pequeno e grande porte, bem como materiais e insumos destinados à apicultura, para atendimento contínuo e oportuno das demandas operacionais da Vigilância em Saúde do Município de Lauro de Freitas/BA.

1.5.3 A adoção do SRP justifica-se pela natureza recorrente e variável do consumo, pela necessidade de aquisições parceladas conforme a programação das ações sanitárias e pelo dever de assegurar pronta resposta às atividades de controle de vetores e zoonoses, manejo/apoio a animais sob responsabilidade das ações de saúde, e suporte às rotinas técnicas vinculadas à apicultura, quando aplicável. Assim, o fornecimento sob demanda confere maior eficiência, economicidade e previsibilidade, mitigando riscos de desabastecimento, desperdício por perecibilidade/validade e formação de estoques excessivos, em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

1.6 Trata-se de aquisição de bens comuns, a ser executada por fornecimento parcelado sob demanda, conforme requisições da Administração. Não se aplica regime de execução do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, por inexistir prestação de obra ou serviço que caracterize execução indireta, mantendo-se o enquadramento como contrato de fornecimento, nos termos do planejamento previsto nos arts. 18, 40 e, quando cabível, 82 a 86 da referida lei.

2. JUSTIFICATIVA (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "b").

2.1 A aquisição de rodenticidas, rações para animais de pequeno e grande porte e materiais/insumos de apicultura é necessária para garantir a execução regular das ações de Vigilância em Saúde do Município de Lauro de Freitas/BA, especialmente no controle de vetores e zoonoses, na prevenção de agravos à saúde pública e no suporte às atividades técnicas desenvolvidas pelas equipes de campo. Tais insumos são indispensáveis para o manejo



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

integrado de roedores, para o atendimento a animais vinculados a programas e ações sanitárias e para o apoio às iniciativas institucionais relacionadas à apicultura, quando aplicável, contribuindo para a proteção ambiental e para a segurança da população.

- 2.2 A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão do caráter contínuo e variável do consumo, condicionado a fatores epidemiológicos, demandas espontâneas, campanhas sazonais e ações programadas. O modelo possibilita aquisições parceladas conforme a real necessidade, assegurando economicidade, eficiência na gestão de estoques e redução de riscos de desabastecimento ou perdas por perecibilidade. A medida atende ao dever de planejamento, à supremacia do interesse público e aos princípios da Lei nº 14.133/2021, garantindo suporte material suficiente para a continuidade e efetividade das políticas de Vigilância em Saúde.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “c”).

- 3.1 Com base no levantamento de mercado e em soluções adotadas em contratações similares pela Administração Pública, a alternativa mais adequada para atender à necessidade apresentada é a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), inclusive por adesão, quando cabível e vantajosa. Os itens a serem fornecidos (rodenticidas, rações para animais de pequeno e grande porte e materiais/insumos de apicultura) serão selecionados e aceitos mediante critérios objetivos de qualidade, segurança, eficácia e regularidade, em conformidade com a legislação vigente e normas aplicáveis.
- 3.2 A opção pelo SRP justifica-se pela impossibilidade de prever com exatidão o quantitativo a ser demandado ao longo do período, tendo em vista a variabilidade decorrente de fatores sazonais, ocorrências epidemiológicas, ações de campo, vistorias e campanhas sanitárias. Ademais, trata-se de fornecimento com necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, conforme demanda do Contratante, em consonância com o art. 82 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.3 A solução proposta busca assegurar a continuidade e a efetividade das ações de Vigilância em Saúde, sobretudo no controle de roedores e agravos associados, no suporte às rotinas de manejo e cuidados de animais vinculados a ações sanitárias, bem como no apoio às atividades institucionais relacionadas à apicultura, quando aplicável, mitigando riscos à saúde pública e garantindo pronta resposta operacional.
- 3.4 As especificações técnicas deste Termo de Referência, inclusive detalhamento, requisitos, características e estimativas quantitativas, foram definidas pelo setor demandante com base em parâmetros técnicos objetivos e na melhor consecução do interesse público, cabendo ao responsável identificado ao final a aprovação do presente instrumento e de seus anexos.
- 3.5 As especificações e os quantitativos estimados encontram-se descritos em anexo, que integra este Termo de Referência para todos os fins.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “d”).

- 4.1 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão de seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos sistemas oficiais, devendo proceder à correção tão logo identifique incorreções ou desatualizações. A inobservância poderá ensejar prejuízo à participação e eventual desclassificação.
- 4.2 Impedimentos de participação:
- a.1) quem não atender às condições deste Termo de Referência e anexos;
 - a.2) pessoas físicas ou jurídicas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal em decorrência de sanção aplicada;
 - a.2.1) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil, com poderes para receber citação e responder administrativa e judicialmente;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- a.3) licitante que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue no processo de contratação, fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau;
- a.4) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou contratação irregular de adolescentes;
- a.5) agente público do órgão ou entidade licitante;
- a.6) pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

JUSTIFICATIVA: A vedação à participação de consórcios não restringe indevidamente a competitividade, pois o objeto sob exame consiste em **bens de consumo padronizados, de baixa complexidade técnica e amplamente ofertados no mercado**, não se tratando de contratação de alta complexidade ou vulto econômico que justifique a atuação consorciada. A admissão de consórcios em objeto dessa natureza poderia, ao contrário, favorecer a concentração de mercado e a união artificial de potenciais concorrentes, em afronta aos princípios da competitividade e da vantajosidade.

- a.7) pessoa física ou jurídica que integre rol de sancionados por organismos internacionais ou por agências de cooperação estrangeira, quando se tratar de projeto ou programa financiado por tais entidades, ou que seja declarada inidônea na forma da Lei nº 14.133/2021.
 - a.8) O impedimento de que trata o item alínea “a.2” será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.
 - a.9) Terceiro que atue em substituição a pessoa física ou jurídica sancionada, inclusive controladora, controlada ou coligada, com intuito de burlar a efetividade da sanção, desde que comprovado o ilícito.
 - a.10) Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
 - a.11) A vedação de que trata o item alínea “a.5” estende-se a terceiro que auxilia a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
 - a.12) Não poderá participar, direta ou indiretamente, do certame ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo, na forma da legislação pertinente.
- 4.3 A contratação será processada mediante Sistema de Registro de Preços, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, por se tratar de bens comuns, nos termos do art. 6º, incisos X e XIII, da Lei nº 14.133/2021. As especificações dos itens rodenticidas, rações para animais de pequeno e grande porte e materiais e insumos de apicultura correspondem a padrões usuais de mercado, com requisitos técnicos objetivamente definidos, aptos a assegurar desempenho, qualidade, segurança e eficácia às ações de Vigilância em Saúde do Município de Lauro de Freitas/BA.
- 4.4 O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote, conforme viabilidade técnica e econômica demonstrada no Estudo Técnico Preliminar, sendo o objeto estruturado em 03 (três) lotes distintos, de modo a agrupar itens de mesma natureza e finalidade, garantindo competitividade, racionalidade logística e eficiência na gestão contratual.
- 4.4.1 A divisão em lotes busca padronizar especificações, condições de fornecimento e prazos, concentrar responsabilidades por segmento, evitar conflitos entre fornecedores, facilitar reposições, otimizar o controle de estoque e reduzir custos administrativos, promovendo economicidade e efetividade das ações públicas;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 4.4.2 A modelagem por lotes propicia gerenciamento racional dos recursos, reduzindo despesas com múltiplas contratações, publicações e atos administrativos, além de assegurar cronogramas uniformes, garantias compatíveis e fiscalização integrada, em observância aos princípios da eficiência e do interesse público.
- 4.4.3 A segmentação em três lotes observa a afinidade funcional e a especificidade regulatória de cada grupo de itens, permitindo contratação de fornecedores especializados, com melhor controle de qualidade, rastreabilidade e conformidade sanitária e ambiental. A modelagem favorece a competitividade, a eficiência logística e a adequada fiscalização, assegurando suporte material às ações estratégicas da Vigilância em Saúde do Município de Lauro de Freitas/BA, em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes do SUS.
- 4.4.4 A pesquisa de mercado realizada comprova que diversas empresas fornecem os objetos propostos, não ocasionando restrições na concorrência ou competitividade do certame.
- 4.5 A pesquisa de mercado evidencia a existência de diversos fornecedores aptos, não havendo restrição à competitividade ou direcionamento indevido, preservando-se a isonomia do certame. A futura contratada deverá comprovar atuação em ramo compatível com o objeto e apresentar a documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica exigida no Termo de Referência
- 4.6 A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes previstas neste Termo e demais documentos, seus anexos e sua proposta. Incumbe à Contratada cumprir integralmente as obrigações assumidas, respondendo pelos riscos e despesas decorrentes da execução, observando a Lei nº 14.133/2021 e normas sanitárias e ambientais aplicáveis.
- 4.7 Para a adequada execução, exigem-se requisitos de qualificação compatíveis com os arts. 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei nº 14.133/2021, garantindo capacidade técnica, regularidade e aderência aos padrões de mercado.
- 4.8 A Contratada deverá cumprir rigorosamente os prazos de entrega estabelecidos, condição essencial à continuidade das ações de Vigilância em Saúde e ao atendimento tempestivo das demandas sanitárias.
- 4.9 As entregas ocorrerão conforme a necessidade da Administração, independentemente de quantitativo mínimo, em regime parcelado e sob demanda.
- 4.10 Todos os materiais bem como os procedimentos relacionados ao seu fornecimento deverão estar de acordo com a legislação vigente e demais dispositivos legais.
- 4.11 A proposta deverá indicar marca, fabricante (quando aplicável) e procedência, devendo os itens ofertados atender integralmente às especificações técnicas definidas.

4.12 Da Exigência De Amostra

- 4.12.1 Não se faz necessária a apresentação de amostras, pois as especificações do objeto são objetivas e suficientes para o julgamento. A conformidade dos itens será aferida, quando necessário, por meio de ficha técnica, laudos, certificados e comprovação de registro/regularidade sanitária e/ou ambiental, exclusivamente quando indispensável à validação de requisito crítico de desempenho e segurança, com observância da isonomia, razoabilidade e julgamento objetivo.

4.13 Subcontratação

- 4.13.1 Não será permitida subcontratação de parcelas do objeto, uma vez que o fornecimento de rodenticidas, rações e insumos de apicultura é plenamente executável por empresas do ramo, sem necessidade de especialização fracionada ou estruturação produtiva que justifique terceirização. A vedação reforça a rastreabilidade, a responsabilização do fornecedor, a integridade do fornecimento e a eficiência do controle, não se mostrando vantajosa técnica ou economicamente para a Administração. Admite-se logística/entrega por terceiros sem transferência de responsabilidade, mediante prévia anuência e manutenção das condições de habilitação.

4.14 GARANTIA DA EXECUÇÃO



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

4.12.1 **Não será exigida garantia contratual** para execução do objeto, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando:

- a) a natureza de bens de consumo;
- b) o fracionamento das entregas;
- c) a ampla concorrência no segmento, e;
- d) o fato de que o risco de inadimplemento pode ser adequadamente mitigado por meio de sanções administrativas, controle de pagamentos e gestão ativa do contrato.

4.14.1 Tal decisão mostra-se proporcional e razoável, evitando aumento desnecessário.

4.15 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP:

- 4.15.1 Poderão participar deste certame empresas que atendam integralmente às condições de habilitação e demais exigências deste instrumento convocatório.
- 4.15.2 As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que desejarem usufruir do tratamento jurídico diferenciado deverão declarar, no momento da participação, seu enquadramento nos termos da legislação vigente e estar devidamente registradas como tal nos órgãos competentes. Nos termos da legislação aplicável, será assegurado às ME/EPP:
 - a) o direito à regularização fiscal complementar, na forma e prazos previstos em lei; e
 - b) o tratamento favorecido em caso de empate, observados os critérios de desempate estabelecidos neste instrumento.
- 4.15.3 O não atendimento às condições aqui descritas ou a apresentação de informações inverídicas quanto ao enquadramento como ME/EPP implicará na perda do benefício e na aplicação das sanções cabíveis.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “e”).

- 5.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante comprovação de que os preços permanecem vantajosos e observadas as condições legais aplicáveis ao SRP.
 - 5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período observando o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Os contratos decorrentes da Ata, quando formalizados, terão vigência de 12 (doze) meses a partir da assinatura, prorrogáveis na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, desde que atendidos o interesse público, a vantajosidade e a regularidade do fornecimento;
- 5.2 O fornecimento será sob demanda, mediante emissão de nota de empenho/ordem de fornecimento, com quantitativos variáveis conforme necessidade das ações de Vigilância em Saúde, sem obrigatoriedade de aquisição total estimada.
- 5.3 O prazo para entrega será de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho/ordem de fornecimento, em remessa conforme solicitado, no endereço: Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), Rua Leonardo R. da Silva, Cond. Nossa Senhora de Lourdes, nº 377, Lote 08, Bairro Pitangueiras, Lauro de Freitas/BA, CEP 42.701-420.
 - 5.3.1 Na hipótese de impossibilidade de entrega no prazo, a Contratada deverá comunicar formalmente as razões imediatamente após ciência do impedimento, e, sempre que possível, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do termo final do prazo, para análise de prorrogação devidamente motivada, sem prejuízo das sanções cabíveis.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 5.3.2 No ato da entrega, os produtos deverão apresentar prazo de validade remanescente mínimo de 75% do prazo total de validade do fabricante, ou, alternativamente, mínimo de 12 meses, prevalecendo o que for menor, salvo autorização expressa e justificada da Contratante para casos específicos
- 5.3.3 A entrega deverá observar as condições do fabricante quanto a temperatura/umidade/empilhamento, integridade das embalagens e proteção contra intempéries. Será motivo de rejeição: embalagem violada, ausência de identificação de lote/fabricação/validade, sinais de umidade, mofo, contaminação, ou divergência de rotulagem.
- 5.3.4 Para os itens do Lote 03, a Contratada deverá fornecer, quando aplicável, **FISPOQ/FDS** e orientações de manuseio/armazenamento seguro, bem como assegurar que a rotulagem contenha advertências e instruções de uso conforme o fabricante/detentor do registro

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "f").

- 6.1 A execução da Ata/contratos dela decorrentes deverá observar fielmente as cláusulas pactuadas e a Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de eventual inexecução total ou parcial, inclusive quanto à qualidade, regularidade e prazos de entrega dos itens (rodenticidas, rações e insumos de apicultura).
- 6.2 Havendo impedimento, paralisação ou suspensão formalmente determinada, os prazos de entrega/execução serão ajustados pelo período correspondente, com o devido registro por apostilamento, quando cabível.
- 6.3 As comunicações entre Administração e Contratada serão preferencialmente por escrito, admitido meio eletrônico institucional, garantindo rastreabilidade, transparência e controle.
- 6.4 A Administração poderá convocar representante da Contratada para adoção imediata de providências, especialmente para correções, substituições, reposições e esclarecimentos técnicos.
- 6.5 A critério da Administração, poderá ser realizada reunião inicial para alinhamento de fornecimento, recebimento, critérios de conformidade, rotinas de fiscalização, indicadores de desempenho e sanções aplicáveis.

6.6 Fiscalização:

- 6.6.1 A execução será acompanhada por fiscal(is) designado(s), inicialmente o(a) servidor(a): Edgar Pinho Cerqueira (Mat. 127552) ou substituto(s).
- 6.6.2 A designação de gestor e fiscais ocorrerá por Portaria, com publicação oficial, a fiscalização observará o art. 7º da Lei nº 14.133/2021, podendo haver apoio técnico de terceiros, quando necessário.
- 6.6.3 O fiscal registrará ocorrências, exigirá regularização, e poderá determinar substituição de itens em desconformidade (ex.: validade, rotulagem, irregularidade sanitária/ambiental, qualidade inferior).
- 6.6.4 Demandas que extrapolem a competência do fiscal serão imediatamente comunicadas à autoridade superior.
- 6.6.5 O fiscal poderá ser apoiado por assessoramento jurídico e controle interno para mitigação de riscos.
- 6.6.6 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 6.6.7 O fiscal administrativo verificará habilitação/regularidade, empenho, liquidação, glosas, apostilamentos e aditivos, solicitando documentos comprobatórios.
- 6.6.8 Constatado descumprimento, atuará tempestivamente e reportará ao gestor para medidas cabíveis.
- 6.6.9 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.7 Gestor do Contrato

- 6.7.1 Compete ao gestor coordenar o acompanhamento do contrato, consolidar registros, e avaliar a necessidade de ajustes para assegurar a finalidade pública:
- 6.7.2 Monitorará ocorrências registradas pelos fiscais e encaminhará à autoridade superior as matérias que excedam sua competência.
- 6.7.3 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.7.4 Emitirá atesto gerencial com base nas avaliações técnica e administrativa, indicando desempenho e eventual aplicação de penalidades.
- 6.7.5 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.7.6 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “g”).

7.1 Recebimento:

- 7.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **até 48 horas** para itens de pronta entrega e, para itens volumosos ou com logística diferenciada, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, mediante justificativa e aceite do fiscal, sem prejuízo das sanções.
- 7.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.1.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.1.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.1.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 7.1.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2 Liquidação

- 7.2.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrão o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 7.2.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade;
- 7.2.4 A data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.2.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.2.6 Nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2.7 Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas
- 7.2.8 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.2.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.2.10 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.2.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3 Prazo de pagamento

- 7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.4 Forma de pagamento



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 7.4.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.4.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.4.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.4.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, "h").

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

- 8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **(Pregão Eletrônico)**, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO POR LOTE].

8.2 Forma de fornecimento

- 8.2.1 A entrega dos objetos deverá ser efetuada de forma parcelada, de acordo com a especificação no Termo de Autorização de Fornecimento.

8.3 Habilitação jurídica:

- 8.3.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 8.3.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.3.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 8.3.4 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 8.4.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.4.2 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 8.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;
- 8.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com redação atualizada pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 8.4.5 Declaração assinada pelo representante legal da licitante, devidamente identificado, de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo em condições de aprendiz, nos termos disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal’.
- 8.4.6 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 8.4.7 A verificação pelo Órgão responsável ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5 Qualificação Econômico-Financeira.

- 8.5.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) e Certidão de Insolvência Civil Pessoa Jurídica.
- 8.5.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando; índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 01 (um);
- a) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
 - b) Os documentos referidos acima limitar serão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois);
 - c) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital ECD ao SPED.
 - d) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). Deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente;
 - e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133 de 2021, art. 65 ,§ 1 º);
 - f) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.5.2.1 *A adoção de índices constitui instrumento relevante para a constatação da exequibilidade do objeto e não pode ser desconsiderada pela Administração, especialmente no tocante aos contratos de média e longa duração. Os índices estabelecidos atendem ao disposto no Art.69, da Lei 14.133/2021, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, através dos cálculos previstos e devidamente justificados, usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação, ao passo em que não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, eis que estabelecidos em patamares aceitáveis.*

8.6 Qualificação Técnica

- 8.6.1 Comprovação de capacidade técnico-operacional: pelo menos 01 (um) atestado em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para comprovação de desempenho de atividade(s) pertinente(s) e compatível(is) com o objeto da licitação;
- 8.6.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas e período da contratação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 8.6.3 Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.
- 8.6.4 Comprovação de aptidão para fornecimento compatível com o objeto poderá ocorrer por atestado(s) de fornecimento ou por nota(s) fiscal(is) / contrato(s) / ARP(s) que evidenciem fornecimento anterior de itens similares em porte e natureza, admitida a soma de documentos para atingir compatibilidade, preservado o julgamento objetivo.
- 8.6.5 Alvará de Funcionamento Municipal ou Distrital em plena validade.
- 8.6.6 Quando aplicável poderá ser exigidas licenças/autorização sanitária/ambiental ou regulatória apenas quando legalmente aplicáveis à atividade do licitante e ao item fornecido, admitindo-se documentação equivalente do domicílio/sede, sem restrição territorial
- 8.6.7 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas **por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.**
- 8.6.8 A Administração se reserva o direito de promover quaisquer diligências que se façam necessárias a fim de verificar a veracidade e a precisão das informações fornecidas.
- 8.6.9 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo.
- 8.6.10 Os documentos referentes à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômica e Financeira poderão ser substituídos pelo registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal (SICAF), desde que apresentado dentro do prazo de validade, sendo necessário que os mesmos se encontrem listados no CRC, caso contrário, o licitante fica obrigado a apresentá-los.
- 8.6.11 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Termo, o licitante será **declarado vencedor**;
- 8.6.12 A regularidade dos documentos exigidos no subitem **8.4 e 8.5** será confirmada a autenticidade por meio de consulta “on-line”.
- 8.6.13 A licitante que deixar de atender às condições de habilitação contidas neste Termo, apresentar documento(s) incompleto(s), ilegível(is), com borrões, rasuras, entrelinhas, ou, ainda, com seus prazos de validade vencidos será inabilitada. Salvo o tratamento diferenciado às Micro e Pequenas Empresas no tratamento diferenciado da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores, nas restrições relativas às certidões de regularidade fiscal e trabalhista.
- 8.6.14 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 8.6.15 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 8.6.16 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 8.6.17 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - b) O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
 - c) Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
 - d) É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.6.18 A contratada deverá comprovar conter ainda os documentos a seguir relacionados:
- a) declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
 - b) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - c) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

8.7 DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES – (PLANILHA DE ESPECIFICAÇÃO): As exigências visam resguardar a segurança sanitária, a rastreabilidade e a conformidade regulatória dos produtos a serem fornecidos à Administração.

- 8.7.1 Deverá ser informada a especificação completa do produto ofertado, com marca e fabricante, forma de embalagem.
- 8.7.2 Para fins de verificação técnica das especificações, serão aceitos, conforme a natureza do lotr/item:
- d) **Lote 01 (apicultura/EPIs/ferramentas):** catálogo/prospecto com fotos e especificações;
 - e) **Lote 02 (alimentação animal):** rótulo e/ou ficha técnica do fabricante, com níveis de garantia e identificação do produto/lote;
 - f) **Lote 03 (rodenticidas/saneantes desinfestantes):** rótulo e/ou ficha técnica, número de registro/notificação aplicável e documentos de segurança do produto, quando cabíveis. A Administração poderá diligenciar para sanar dúvidas, vedada exigência desnecessária que comprometa a competitividade.
- 8.7.3 Para os itens 01 (macacão) e 02 (luvas) do **Lote 01**: por se tratarem de EPI, apresentar Certificado de Aprovação (CA) válido, conforme NR-6, com indicação no produto/embalagem ou documento do fabricante, garantindo proteção efetiva e mitigação de risco ocupacional.
- 8.7.4 Para os itens do **Lote 02**, por se tratarem de produtos destinados à alimentação animal, o licitante deverá apresentar comprovação de regularidade junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, mediante indicação do número de registro/cadastro do produto ou do estabelecimento fabricante, conforme legislação aplicável ao setor de alimentação animal. A comprovação poderá ser realizada por meio do rótulo, ficha técnica ou documento oficial equivalente. Nos casos em que o produto não esteja sujeito a registro/cadastro no MAPA, deverá ser apresentada declaração expressa de isenção/dispensa, acompanhada da respectiva fundamentação normativa.
- 8.7.5 Para os itens do **Lote 03**, classificados como saneantes desinfestantes destinados ao controle de roedores em ambientes urbanos, será exigida a comprovação de registro/notificação e regularidade sanitária junto à ANVISA/Ministério da Saúde, nos termos da regulamentação vigente, mediante apresentação do número de



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

registro no rótulo, ficha técnica ou documento oficial do fabricante/detentor do registro. Somente será admitida declaração de isenção ou dispensa quando houver base legal específica que afaste a obrigatoriedade de registro, hipótese que deverá ser devidamente demonstrada pelo licitante.

8.7.6 Quando o licitante atuar como distribuidor/comerciante, a comprovação de regularidade poderá se dar pelo registro/notificação do produto e pela regularidade do fabricante/detentor do registro, sem prejuízo das licenças do estabelecimento do licitante quando legalmente exigíveis.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 9.2 Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- 9.3 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca; quantidade;
- 9.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.5 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 9.6 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.8 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 9.9 Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;
- 9.10 Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos utilizados para a prestação de serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligência resultante da prestação do serviço.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;
- 10.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 10.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo e seus anexos;
- 10.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.7 O direito de paralisar ou suspender a qualquer momento a execução do contrato, caso haja qualquer infringência das normas legais ou procedimentos aplicados.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “j”)

- 11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

I. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

<i>Descrição</i>	<i>Código</i>	<i>Nomenclatura</i>
Órgão	23	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	2301	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Ação/Atividade	2052 2053	Funcionamento Dos Serviços De Vigilância Epidemiológica Funcionamento Dos Serviços Da Vigilância Sanitária
Elemento	339030	Material de Consumo.
Fontes de recursos	15001002	Recursos não vinculados de impostos destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde.
	16000000	Transferência Fundo a Fundo de Recursos provenientes do Governo.

- II. Tratando-se de SRP, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme art. 17 do Decreto 11.462/2023.

12. ESTIMATIVA DE VALOR (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “i”).

- 12.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável de R\$ 147.714,78 (cento e quarenta e sete mil setecentos e quatorze reais e setenta e oito centavos).
- 12.2 A estimativa de preços foi apurada por pesquisa de mercado, com utilização de cotações em sítios eletrônicos, consulta a contratos e Atas de Registro de Preços de outros municípios e pesquisa em base referencial (Banco de Preços), com análise individualizada por item do objeto (rodenticidas, rações para animais de pequeno e grande porte e materiais/insumos de apicultura), buscando aderência aos valores efetivamente praticados no mercado. Valores manifestamente discrepantes em relação ao conjunto das amostras foram desconsiderados, mediante critério técnico de consistência, a fim de mitigar distorções e assegurar estimativa compatível com a realidade de mercado e com a seleção da proposta mais vantajosa.

13. DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 13.1 As alterações dos preços registrados seguirão o disposto na alínea “d” do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2 Os preços registrados poderão ser negociados nos seguintes casos:
- 13.2.1 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração Pública convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado, observado os termos da legislação em vigor.
- 13.2.2 No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

- 13.3 Os preços registrados poderão ser REAJUSTADOS, para mais ou para menos, com base na variação anual do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE), ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 MESES, contados a partir da data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/2021.

14. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 14.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 14.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 14.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 14.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 14.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - a) Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 14.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 14.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 14.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 14.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 14.4.4 Por razão de interesse público;
 - 14.4.5 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 14.4.6 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 Cometer infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:
- 15.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;
 - 15.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do Termo.
 - 15.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 15.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 15.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;
- 15.1.6 fraudar o credenciamento;
- 15.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 15.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 15.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 15.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 15.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- 15.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 15.2.1 advertência;
 - 15.2.2 multa;
 - 15.2.3 impedimento de licitar e contratar e
 - 15.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 15.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 15.3.2 as peculiaridades do caso concreto
 - 15.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 15.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 15.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dias) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 15.4.1 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1; 15.1.2; 15.1.3 e 15.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.
 - 15.4.2 Para as infrações previstas nos itens 15.1.5; 15.1.6; 15.1.7; 15.1.8 e 15.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.
- 15.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 15.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.5; 15.1.6; 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 15.9 A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 15.1.3 e 15.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 15.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 15.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 15.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.14 A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 16.1 Recomenda-se que, no fornecimento de rodenticidas, rações para animais de pequeno e grande porte e materiais/insumos de apicultura, a Contratada utilize, sempre que disponível, embalagens reduzidas e/ou de material reciclável ou biodegradável, sem prejuízo da integridade, rotulagem, rastreabilidade e das exigências sanitárias e técnicas aplicáveis a cada item.
- 16.2 A logística de entrega deverá empregar veículos em condições regulares de conservação e manutenção, com planejamento de rotas e carregamento que privilegie eficiência operacional e redução de emissões, preservando as condições de armazenamento e transporte adequadas (especialmente para itens sensíveis à umidade/temperatura e produtos com validade).
- 16.3 As medidas propostas mitigam impactos ambientais associados ao fornecimento e reforçam práticas de sustentabilidade compatíveis com o interesse público, sem comprometer a qualidade e a segurança dos produtos destinados às ações de Vigilância em Saúde.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

- 17.1 A participante reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 e 139 da mesma Lei.
- 17.2 A Administração se reserva ao direito de contratar a quantidade informada, no todo ou em parte, de acordo com os itens e preços registrados, considerando as necessidades encontradas.
- 17.3 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.
- 17.4 Servidor (es) responsável(is) pela elaboração do Termo.

Lauro de Freitas, 30 de janeiro de 2026.

Lyane da Rocha Rebouças Borges Alves (Matrícula – 127298)

Superintendente de Vigilância em Saúde

Em virtude das atribuições que competem, submeto o presente Termo de Referência
à aprovação do Ordenador de Despesas.

Elba Brito Garcez de Sena
Secretária interina Municipal de Saúde



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo Primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo Segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de ____.

AGENTE PÚBLICO

(Esse campo deverá ser preenchido pela municipalidade após adjudicação)

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

DADOS DA LICITAÇÃO					
PREGÃO Nº	PROCESSO Nº	OBJETO			
DADOS DA EMPRESA					
RAZÃO SOCIAL					
CNPJ			INSCRIÇÃO ESTADUAL		
ENDEREÇO					
TELEFONE			EMAIL		
DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO					
NOME					
RG		ÓRGÃO EXPEDIDOR		CPF	
VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS			PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO		
ITEM	DETALHAMENTO DO ITEM	UF	QTD	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
VALOR TOTAL					

OBSERVAÇÕES:

- 1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.
- 2 – Observar Planilha de especificação (anexo do TR).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na ____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA**, por meio do ____ [órgão da Administração Direta], ou ____ a(o) [entidade da Administração Indireta], nos termos das normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP), pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025**, e suas alterações, em face do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº ____/____, realizado por meio do Processo Administrativo nº 00.372/2026, homologado em ____ e publicado no Boletim Oficial do Município de LAURO DE FREITAS/BA nº ____, de ____, RESOLVE registrar os preços das empresas classificadas, por objeto, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 AQUISIÇÃO DE RODENTICIDAS, RAÇÕES PARA ANIMAIS DE PEQUENO E GRANDE PORTE E MATERIAIS E INSUMOS DE APICULTURA, DESTINADOS A ATENDER ÀS DEMANDAS E AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA.

DADOS DA EMPRESA						
RAZÃO SOCIAL						
CNPJ			INSCRIÇÃO ESTADUAL			
ENDEREÇO						
TELEFONE			EMAIL			
BANCO (NOME/Nº)				AGÊNCIA Nº		CONTA CORRENTE Nº
ITEM	DETALHAMENTO DO ITEM			UF	QTD	Valor Unitário (R\$)
						Valor Total (R\$)
VALOR TOTAL						

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O Registro de Preços terá duração de 12 (doze) meses contados a partir da data de publicação da Ata na Imprensa Oficial, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada sua vantajosidade.

Parágrafo Primeiro – A prorrogação de que trata este item é condicionada à:

- a) apresentação de relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização, com ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA;
- b) demonstração de que o valor da Contratação permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- c) manifestação expressa do interesse da CONTRATADA na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

Parágrafo Segundo – O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO

A execução do objeto cujos preços ora são registrados será requisitada por intermédio da apresentação da Ordem de Execução correspondente.

Parágrafo Único – Cada Ordem de Execução conterá, sucintamente:

- a) o número da Ata;
- b) a descrição do(s) bem(ens);
- c) o local de entrega e hora;
- d) o valor da requisição;
- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;
- g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

4.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para posterior verificação de conformidade com o Termo de Referência e a proposta.

4.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, se em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos pela contratada, às suas expensas, no prazo que vier a ser definido pela Administração, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções.

4.3 O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, após verificação da qualidade e quantidade dos materiais e lavratura de termo de recebimento definitivo.

4.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma motivada, uma única vez e por igual período, quando a natureza do objeto ou a necessidade de diligências adicionais assim o exigir.

4.5 Em caso de controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente quanto à dimensão, qualidade ou quantidade dos bens entregues, deverá ser liberada, no prazo contratual, a parcela incontroversa, aplicando-se o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

4.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela solidez, segurança, qualidade e adequação dos produtos fornecidos durante o prazo de garantia contratual e legal.

Liquidação

4.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrão o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

4.9 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: o prazo de validade;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

4.11 A data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

4.12 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

4.13 Nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.14 Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

4.15 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

4.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.17 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

4.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

4.19 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

4.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.23 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.24 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante comprovação de que os preços permanecem vantajosos e observadas as condições legais aplicáveis ao SRP.

5.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período observando o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Os contratos decorrentes da Ata, quando formalizados, terão vigência de 12 (doze) meses a partir da assinatura, prorrogáveis na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, desde que atendidos o interesse público, a vantajosidade e a regularidade do fornecimento;

5.2 O fornecimento será sob demanda, mediante emissão de nota de empenho/ordem de fornecimento, com quantitativos variáveis conforme necessidade das ações de Vigilância em Saúde, sem obrigatoriedade de aquisição total estimada.

5.3 O prazo para entrega será de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho/ordem de fornecimento, em remessa conforme solicitado, no endereço: Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), Rua Leonardo R. da Silva, Cond. Nossa Senhora de Lourdes, nº 377, Lote 08, Bairro Pitangueiras, Lauro de Freitas/BA, CEP 42.701-420.

5.3.1 Na hipótese de impossibilidade de entrega no prazo, a Contratada deverá comunicar formalmente as razões imediatamente após ciência do impedimento, e, sempre que possível, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do termo final do prazo, para análise de prorrogação devidamente motivada, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.3.2 No ato da entrega, os produtos deverão apresentar prazo de validade remanescente mínimo de 75% do prazo total de validade do fabricante, ou, alternativamente, mínimo de 12 meses, prevalecendo o que for menor, salvo autorização expressa e justificada da Contratante para casos específicos.

5.3.3 A entrega deverá observar as condições do fabricante quanto a temperatura/umidade/empilhamento, integridade das embalagens e proteção contra intempéries. Será motivo de rejeição: embalagem violada, ausência de identificação de lote/fabricação/validade, sinais de umidade, mofo, contaminação, ou divergência de rotulagem.

5.3.4 Para os itens do Lote 03, a Contratada deverá fornecer, quando aplicável, **FISPQ/FDS** e orientações de manuseio/armazenamento seguro, bem como assegurar que a rotulagem contenha advertências e instruções de uso conforme o fabricante/detentor do registro.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Cometer infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

6.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

6.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do Termo.

6.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

6.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

6.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

6.1.6 fraudar o credenciamento;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 6.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 6.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 6.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 6.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 6.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
- 6.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 6.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 6.2.1 advertência;
 - 6.2.2 multa;
 - 6.2.3 impedimento de licitar e contratar e
 - 6.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.3 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 6.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 6.3.2 as peculiaridades do caso concreto
 - 6.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 6.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 6.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dias) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 6.4.1 Para as infrações previstas nos itens 6.1.1; 6.1.2; 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.
 - 6.4.2 Para as infrações previstas nos itens 6.1.5; 6.1.6; 6.1.7; 6.1.8 e 6.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.
 - 6.4.3 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 6.5 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 6.6 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.7 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5; 6.1.6; 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 6.8 A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 6.9 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa



**ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**

escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.13 A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação, sendo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

7.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.7.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.7.3. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.7.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023;

7.7.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021. 24.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.7.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.7.1. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.7.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.7.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.7.9. Por razão de interesse público;



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

7.7.10. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

27.1 Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Lauro de Freitas/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____ e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em ____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de 2026.

ASSINAM	
AUTORIDADE COMPETENTE DO ÓRGÃO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX SECRETARIA DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX CPF XXX.XXX.XXX-XX RG XX.XXX.XXX-XX	
PROMITENTE FORNECEDOR	



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA, por meio do _____ [órgão da Administração Direta], ou a (o) _____ [entidade da Administração Indireta], como CONTRATANTE, e a _____, como CONTRATADA, para _____ [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

O MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 13.927.819/0001-40, com sede no Centro Administrativo de Lauro de Freitas – CALF, situado na **Avenida Brigadeiro Alberto Costa Matos, S/N, Aracuí, Lauro de Freitas/BA, CEP:42.702-010**, neste ato representado pelo **Secretário Municipal de _____**, Sr. _____, brasileiro, portador do RG nº _____, inscrito no CPF sob nº _____, nos termos do Decreto Municipal n. 5.445/2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, representada neste ato por seu representante legal _____, denominado **CONTRATADO**, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO Nº ____/____, realizado por meio do Processo Administrativo nº 00.372/2026, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP), pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990**, **Decreto Municipal nº 5.444/2025** e suas alterações, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1. O objeto do presente **AQUISIÇÃO DE RODENTICIDAS, RAÇÕES PARA ANIMAIS DE PEQUENO E GRANDE PORTE E MATERIAIS E INSUMOS DE APICULTURA, DESTINADOS A ATENDER ÀS DEMANDAS E AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS/BA**, devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº _____), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no **Processo Administrativo nº 00.372/2026**, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

3.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), conforme tabela abaixo:

ITEM	DETALHAMENTO DO ITEM	UF	QTD	MARCA MODELO	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
VALOR TOTAL (R\$) -----						



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
- 4.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

- 5.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados anualmente, a contar do orçamento estimado, salvo dispositivo legal que de outro modo discipline a matéria ou no caso de desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual;
- 5.2. Adota-se o índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou, na falta deste, o que vier a substituí-lo para correção do valor inicialmente contratado;

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

- 6.1. Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 60 (sessenta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

- 7.1 O modelo de execução do objeto – registro de preços para aquisição de insumos e materiais odontológicos (cones endodônticos, fios de sutura, cimentos) – observará o Sistema de Registro de Preços, com Ata de Registro de Preços com prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação a, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período, desde que comprovado, de forma motivada, que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação aplicável
- 7.1.1 Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata observarão os prazos de vigência estabelecidos no edital e no próprio ajuste, respeitadas as regras dos arts. 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021 quanto à duração dos contratos e, quando caracterizada natureza contínua, às prorrogações sucessivas condicionadas à demonstração de vantajosidade e à disponibilidade orçamentária.
- 7.2 A empresa contratada deverá fornecer os produtos de forma parcelada e sob demanda, conforme solicitações emitidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Lauro de Freitas/BA, por meio de Termo de Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, vedada a imposição de quantitativo mínimo por pedido;
- 7.3 O prazo máximo para entrega de cada pedido será de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho ou documento equivalente, devendo a entrega ocorrer de forma parcelada, conforme autorizações de fornecimento, no seguinte endereço: Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, Rua Leonardo R. da Silva, Condomínio Nossa Senhora de Lourdes, nº 377, Lote 08, Bairro Pitangueiras, Lauro de Freitas/BA, CEP 42.701-420.
- 7.4 Na hipótese de risco de atraso no cumprimento do prazo, a empresa deverá comunicar formalmente à Administração, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, as razões impeditivas, para análise motivada de eventual



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

prorrogação, sem prejuízo da responsabilização em caso de atraso injustificado. Situações de caso fortuito ou força maior serão avaliadas nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO DO CONTRATO (Lei 14.133/21, art. 6º, XXIII, “f”)

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências da inexecução total ou parcial, nos termos do art. 115 da referida Lei.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato por ato da Administração, o cronograma de execução será ajustado ou prorrogado pelo tempo correspondente, com registro formal em apostila ou termo aditivo, conforme o caso, devidamente motivado.

8.3 As comunicações entre o órgão contratante e a contratada serão realizadas preferencialmente por escrito, admitido o uso de meios eletrônicos oficiais, sempre que o ato exigir formalidade ou repercutir em direitos e deveres contratuais.

8.4 O órgão contratante poderá convocar representante da empresa contratada para reuniões presenciais ou virtuais, sempre que necessário à adoção de providências imediatas ou à solução de pendências relacionadas à execução contratual.

8.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial de alinhamento, na qual será apresentado o plano de fiscalização, contendo as principais obrigações contratuais, mecanismos de acompanhamento, critérios de medição, estratégias de execução do objeto, indicadores de desempenho e sanções aplicáveis.

8.1 Fiscalização:

8.1.1 A execução será acompanhada por fiscal(is) designado(s), inicialmente o(a) servidor(a): Edgar Pinho Cerqueira (Matrícula nº 127552) ou substituto(s).

8.1.2 A designação de gestor e fiscais ocorrerá por Portaria, com publicação oficial, a fiscalização observará o art. 7º da Lei nº 14.133/2021, podendo haver apoio técnico de terceiros, quando necessário.

8.1.3 O fiscal registrará ocorrências, exigirá regularização, e poderá determinar substituição de itens em desconformidade (ex.: validade, rotulagem, irregularidade sanitária/ambiental, qualidade inferior).

8.1.4 Demandas que extrapolem a competência do fiscal serão imediatamente comunicadas à autoridade superior.

8.1.5 O fiscal poderá ser apoiado por assessoramento jurídico e controle interno para mitigação de riscos.

8.1.6 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

8.1.7 O fiscal administrativo verificará habilitação/regularidade, empenho, liquidação, glosas, apostilamentos e aditivos, solicitando documentos comprobatórios.

8.1.8 Constatado descumprimento, atuará tempestivamente e reportará ao gestor para medidas cabíveis.

8.2 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade. **Gestor do Contrato**

8.2.1 Cabe ao gestor do contrato:

8.2.2 Caberá ao **gestor do contrato**, designado por Portaria, coordenar o processo de acompanhamento e fiscalização, consolidando as informações registradas pelos fiscais e mantendo atualizado o histórico de ocorrências, ordens de fornecimento, alterações, prorrogações e sanções:



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

- 8.2.3 O gestor acompanhará os registros dos fiscais, comunicando à autoridade competente as situações que extrapolarem sua competência, bem como apontará eventuais riscos e necessidade de ajustes contratuais.
- 8.2.4 O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação dos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações pela contratada, com menção aos indicadores de desempenho, ocorrências relevantes e penalidades eventualmente aplicadas, para fins de registro no cadastro de desempenho contratual.
- 8.2.5 Compete ainda ao gestor adotar as providências para instauração de processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções, quando cabível, nos termos dos arts. 154 a 159 da Lei nº 14.133/2021, bem como elaborar relatório final sobre os resultados da contratação.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. O instrumento contratual que vier a ser celebrado durante a validade da Ata de Registro de Preço, poderá ter vigência de 01 (um) ano, contados a partir da data de sua assinatura, se for de interesse da Administração, conforme Art. 106, da Lei 14.133/2021.

9.2. A duração do contrato poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme Art. 107, da Lei 14.133/2021;

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta de preços, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.2 Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

10.2.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca; quantidade;

10.2.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.2.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

10.2.1.7 Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

10.2.1.8 Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação, inclusive materiais de consumo e equipamentos utilizados para a prestação de serviços, bem como as despesas com insumos, materiais, transporte, deslocamento e mão-de-obra, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato, cabendo-lhe ainda a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer danos a terceiros, provenientes de negligência resultante da prestação do serviço.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 11.1 Receber os produtos nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, no edital, na Ata de Registro de Preços e no contrato, observando o procedimento de recebimento provisório e definitivo previsto na legislação;
- 11.2 Verificar, dentro dos prazos fixados, a conformidade dos bens recebidos com as especificações do Termo de Referência e da proposta, procedendo à aceitação e ao recebimento definitivo ou, se for o caso, à rejeição total ou parcial, com a devida motivação;
- 11.3 Comunicar à Contratada, por escrito, quaisquer imperfeições, falhas, vícios ou irregularidades verificadas nos produtos entregues, para que sejam substituídos, corrigidos ou complementados, nos prazos estabelecidos, sem prejuízo da aplicação de sanções;
- 11.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada por meio de fiscal(is) e gestor(es) de contrato formalmente designados, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, registrando as ocorrências relevantes e adotando as providências necessárias à boa execução contratual;
- 11.5 Efetuar o pagamento à Contratada pelos produtos efetivamente entregues e recebidos, no valor, forma e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável, condicionando-o ao cumprimento das exigências de faturamento e regularidade;
- 11.6 Não se responsabilizar por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros decorrentes de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subcontratados autorizados, nos termos dos arts. 120 e 121 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.7 Adotar, de forma motivada, as medidas cabíveis em caso de descumprimento contratual, inclusive determinar a paralisação ou suspensão parcial da execução, quando necessário à proteção do interesse público ou à correção de irregularidades, sem prejuízo da instauração de processo para aplicação de sanções, rescisão contratual e demais providências previstas na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 12.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante comprovação de que os preços permanecem vantajosos e observadas as condições legais aplicáveis ao SRP.
- 12.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá vigência de 1 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período observando o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021. Os contratos decorrentes da Ata, quando formalizados, terão vigência de 12 (doze) meses a partir da assinatura, prorrogáveis na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, desde que atendidos o interesse público, a vantajosidade e a regularidade do fornecimento;
- 12.2 O fornecimento será sob demanda, mediante emissão de nota de empenho/ordem de fornecimento, com quantitativos variáveis conforme necessidade das ações de Vigilância em Saúde, sem obrigatoriedade de aquisição total estimada.
- 12.3 O prazo para entrega será de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da nota de empenho/ordem de fornecimento, em remessa conforme solicitado, no endereço: Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), Rua Leonardo R. da Silva, Cond. Nossa Senhora de Lourdes, nº 377, Lote 08, Bairro Pitangueiras, Lauro de Freitas/BA, CEP 42.701-420.
- 12.3.1 Na hipótese de impossibilidade de entrega no prazo, a Contratada deverá comunicar formalmente as razões imediatamente após ciência do impedimento, e, sempre que possível, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do termo final do prazo, para análise de prorrogação devidamente motivada, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 12.3.2 No ato da entrega, os produtos deverão apresentar prazo de validade remanescente mínimo de 75% do prazo total de validade do fabricante, ou, alternativamente, mínimo de 12 meses, prevalecendo o que for menor, salvo autorização expressa e justificada da Contratante para casos específicos.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

12.3.3 A entrega deverá observar as condições do fabricante quanto a temperatura/umidade/empilhamento, integridade das embalagens e proteção contra intempéries. Será motivo de rejeição: embalagem violada, ausência de identificação de lote/fabricação/validade, sinais de umidade, mofo, contaminação, ou divergência de rotulagem.

12.3.4 Para os itens do Lote 03, a Contratada deverá fornecer, quando aplicável, **FISPQ/FDS** e orientações de manuseio/armazenamento seguro, bem como assegurar que a rotulagem contenha advertências e instruções de uso conforme o fabricante/detentor do registro.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

I. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Descrição	Código	Nomenclatura
Órgão	23	Secretaria Municipal de Saúde
Unidade	2301	Fundo Municipal de Saúde
Projeto/Ação/Atividade	2052 2053	Funcionamento Dos Serviços De Vigilância Epidemiológica Funcionamento Dos Serviços Da Vigilância Sanitária
Elemento	339030	Material de Consumo.
Fontes de recursos	15001002	Recursos não vinculados de impostos destinados a despesas com ações e serviços públicos de saúde.
	16000000	Transferência Fundo a Fundo de Recursos provenientes do Governo.

II. Tratando-se de SRP, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme art. 17 do Decreto 11.462/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

14.1. Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

15.1. É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 Cometer infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

16.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

16.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do Termo.

16.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

16.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

credenciamento;

16.1.6 fraudar o credenciamento;

16.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

16.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

16.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

16.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1 advertência;

16.2.2 multa;

16.2.3 impedimento de licitar e contratar e

16.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

16.3.2 as peculiaridades do caso concreto

16.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

16.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

16.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 10 (dias) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1 Para as infrações previstas nos itens 16.1.1; 16.1.2; 16.1.3 e 16.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

16.4.2 Para as infrações previstas nos itens 16.1.5; 16.1.6; 16.1.7; 16.1.8 e 16.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

16.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.5; 16.1.6; 16.1.7, 16.1.8 e 16.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

- 16.9 A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 16.1.3 e 16.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 16.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 16.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 16.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 16.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 16.14 A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

17.1. A CONTRATADA poderá apresentar:

- (a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “i”, “ii”, e “iv” da Cláusula anterior;
- (b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- (c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “iii” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as alíneas “a” e “b” do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

18.1. CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

Parágrafo Quarto – A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de LAURO DE FREITAS/BA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

21.1. O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.2. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

LAURO DE FREITAS/BA, ____ de _____ de 2026.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)